

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DA**  
**COVILHÃ**

TEXTO DEFINITIVO DA ACTA Nº 5/2014

Da reunião ordinária privada realizada no dia 07 de Março de 2014, iniciada às 09:11 horas e concluída às 12:34 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	17
Agenda	17
Aprovação de Actas	17
Balancete	17
Despachos	17
DAG	19
DOP	23
DEASS	26
DCJD	33
Aprovação em minuta	34
Votação das deliberações	34
Encerramento	34
Montante Global dos Encargos	34

**ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

**ABERTURA**

**ACTA Nº 5/2014**

Aos sete dias do mês de Março do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária privada da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente Vitor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Nelson António Mendes da Silva, Jorge Manuel Torrão Nunes e Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, em substituição de José Joaquim Pinto de Almeida.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

## PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente deu início aos trabalhos e após cumprimentar os Senhores Vereadores e técnicos presentes, saudou particularmente a presença da Senhora Vereadora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa que substituiu nesta reunião o Senhor Vereador José Joaquim Pinto de Almeida, a quem desejou boas-vindas e total receptividade, e esperar naturalmente o seu contributo e as suas opiniões no desenvolvimento dos trabalhos.

Seguidamente deu conhecimento à Câmara que na passada terça-feira veio ao concelho, à Covilhã e região, o Presidente da empresa Comboios de Portugal, Sr. Eng.º Manuel Queiró, com quem teve um almoço de trabalho na cidade da Guarda, conjuntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, reunião que considerou de bastante produtiva, na qual foram inteirados do dossiê sobre a conclusão da requalificação da linha da Beira Baixa, troço entre a Covilhã e a Guarda, ficando ali bem patente a importância para o concelho e região a conclusão desta infraestrutura, a par da conclusão do “anel” Covilhã-Guarda-Pampilhosa-Entroncamento, e que também segundo as próprias palavras do Sr. Presidente da CP, é de importância vital para os interesses daquela empresa na rentabilização dos seus serviços e sobretudo para a economia nacional dado que a maior porta de entrada e saída de mercadorias em Portugal é Vilar Formoso por onde poderiam fluir mercadorias vindas dos portos marítimos de Sines e Lisboa e obviamente maximizar o fluxo de mercadorias providas de Leixões e Aveiro, existindo um reconhecimento que a conclusão desta linha irá beneficiar não só as linhas da Beira Alta e do Norte, mas também o fluxo de mercadorias proveniente do sul via linha da Beira Baixa.

Continuando disse que apesar desta realidade e do reconhecimento por parte do Sr. Presidente da CP, a verdade é que o grupo de trabalho que elaborou o relatório sobre as infraestruturas de elevado valor acrescentado coloca, no que diz respeito às ferrovias, este tipo de empreendimentos no ranking do 10.º lugar quando deveria estar em 1.º lugar face às considerações e argumentos expendidos. Que tal facto e esta ordem de prioridades, se traduz em que a conclusão da requalificação da linha da Beira Baixa esteja parada há exactamente cinco anos, situação que considerou preocupante e lamentável, conforme expressou ao Presidente da CP, tal como a questão do ramal da Lousã e dos enormes prejuízos que tal situação acarreta para as pessoas do distrito de Coimbra.”

Contudo, disse que ainda assim, poder equacionar-se a constituição de um lobbie regional e, junto do Poder Central, tentar inverter este estado de coisas e seja dada uma prioridade maior a esta obra.

O Senhor Presidente referiu-se depois à questão da barragem informando que o POVT comunicou terem sido ultrapassados os prazos de elegibilidade do projecto e que considerando sobretudo que a Agência do Ambiente continua a obstaculizar, no caso, a possibilidade de consignar a obra, está afastada numa primeira fase afastada a afectação de fundos comunitários para a sua realização. “Que no tocante à barragem, da qual muito se tem falado, esta não é a única questão. Existem mais vetos inseridos no âmbito da barragem e vamos tentar fazer isto por fases, sendo certo que continuaremos a pugnar pela sua construção, já que ela é, e continua a ser para nós, uma prioridade porque não podemos viver ao lado de uma serra com água em abundância e termos de andar com o “credo na boca” todos os finais de Verão, para além do facto de termos períodos de quebra na rede, perda de eficiência e termos falta, muitas vezes, de qualidade da água. Por todos estes factores e mais alguns devemos continuar a pugnar pela barragem. Aliás, tal como já havia dado nota, em recente conversa com o Senhor Secretário do Ambiente foi-me reiterado o

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

facto, inclusivamente na presença da Senhora gestora do POVT, que apoiariam a candidatura ao próximo Quadro Comunitário de Apoio. De todo o modo e não obstante este circunstancialismo, considero que este dossiê não está encerrado na fase A deste projecto, ou seja que, mesmo com esta posição assumida por parte do POVT, a última palavra é sempre do Governo da República, ideia essa que reiterarei em vários órgãos de comunicação social, na qual defendo a prevalência do interesse público em detrimento de outras ideias peregrinas de acompanhamento da flora animal e valores ambientais, também de interesse público, que sopesados esses valores com os do real interesse público relevante da carência de água em abundância, qualidade e preço por parte da nossa população, obviamente que neste conflito de interesses, dou prevalência ao interesse público dos nossos concidadãos. E, nesta perspectiva, iremos encetar diligências, sendo bem-vindos todos aqueles que quiserem colaborar, no sentido de junto do Governo da República, tentarmos inverter a situação, que não é irreversível, uma vez que uma coisa são os prazos formais dos fundos comunitários no âmbito do QREN, outra é a vontade política já que se trata de um projecto não apenas concelhio ou regional, mas um projecto de interesse nacional. Por outro lado e na hipótese de o Governo da República não ter vontade de ajudar ou não o poder fazer nesta perspectiva, ter-se-á que avançar para uma outra fase para além da construção da barragem propriamente dita, ou seja o sistema composto pela estação de tratamento de água, pelos reservatórios, condutas e adutoras que fazem parte integrante do sistema da barragem, que são perfeitamente autonomizadas e não estarão sujeitas às questões de natureza ambiental, já que estes equipamentos estão fora da zona problemática da localização da barragem, sendo que no caso as condutas serão construídas junto da rede viária.”

O Senhor Presidente aludiu depois a um outro assunto relacionado, segundo disse, com recentes declarações proferidas, esta semana, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão, as quais, no seu entender, reputa de muito graves e lesivas dos interesses da Covilhã e da região, pelo facto de aquele autarca ter dito que o IC 6 é uma coisa sem importância, que não releva, um sonho que devemos tirar do nosso imaginário, e que o preferível é construir-se um caminho rural por Silvares, passando pelo Pinhal Interior em direcção a Coimbra.

Continuando disse: “Depois de ter dito que o aeroporto, e aproveito para dizer publicamente, abrindo aqui um parêntesis, que nós não podemos ser megalómanos, queremos uma pista onde possam operar aeronaves comerciais e de passageiros em segurança e em condições operacionais e através da qual possamos escoar as nossas mercadorias. Por outro lado e como sabem a nossa região tem, sob o ponto de vista meteorológico, condições únicas para a prática de modalidades relacionadas com aeronáutica, designadamente, asa-delta e planador que são uma mais-valia para a atracção turística não só do concelho da Covilhã mas também da nossa região. Que no caso o importante não é o nome da infra-estrutura mas o que ela representa e o que permite realizar. Isto para dizer que o Senhor Presidente da Câmara do Fundão, aliás, à semelhança do referido pelo Sr. Presidente da Câmara da Guarda, reconheceu recentemente e de forma pública a importância desta infra-estrutura. Pelo que não compreendo como é que ele vem agora dizer-nos que o melhor é alargarmos a pista de Castelo Branco atirando com a “toalha ao chão” relativamente ao nosso aeroporto. De resto, como se isso não bastasse, pretende também ver alterada a nossa posição em relação aos túneis. Sabemos que os tempos são difíceis, mas as obras dos túneis da Serra da Estrela têm que continuar no rol das nossas reivindicações. Há várias gerações que autarcas e concidadãos nossos, deste e do outro lado da serra reivindicam os túneis. Pelo que é inaceitável que o Sr. Presidente da

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

Câmara do Fundão venha agora dizer pura e simplesmente que os túneis não têm importância.

Por outro lado, não se compreende que passemos o tempo a encher a boca com a grande região da Cova da Beira, com a grande cidade da Cova da Beira, com os serviços que podemos partilhar e com uma agenda cultural que podemos congraçar e ao mesmo tempo praticar esta deslealdade para com a Covilhã e para com a região. Isto consubstancia uma profunda deslealdade, aliás, um profundo mal-estar que está a causar na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, nos nossos vizinhos, na nossa região, na raia e no pinhal. Proferiu declarações que atentam contra os legítimos interesses do nosso concelho e da nossa região. Por conseguinte, gostava de ouvir a vossa opinião relativamente a esta questão, na qual foram quebradas elementares regras de boa vizinhança. Não podemos andar às segundas, quartas e sextas a falar em cooperação e nos restantes dias a praticarmos e a dizermos o contrário. E se não ouvirem tais declarações exorto os Senhores Vereadores a ouvir o que ele disse na Rádio Altitude e na Rádio Cova da Beira. São declarações inaceitáveis, pelo que, no final desta reunião irei, na dupla qualidade de Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e da Câmara Municipal da Covilhã, assumir uma posição dura e contundente a tal respeito. A sã e boa vizinhança tem limites. Os bons vizinhos têm que ser solidários e leais. Com deslealdades destas não vou compactuar, pelo que irei publicamente reagir relativamente a esta posição. E digo mais, que quem assim pensa e assim procede não está à altura de ser Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.”

De seguida o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores solicitando a gentileza de hoje serem sucintos e concisos nas suas intervenções.

Falou em primeiro lugar o Senhor Vereador Joaquim Matias que cumprimentou os presentes e desejou boas-vindas à Senhora Vereadora Mónica Ramôa no exercício de funções autárquicas.

Referindo-se às questões levantadas pelo Senhor Presidente da Câmara, começou por dizer esperar que o Senhor Presidente lhe permitisse confiar nas suas palavras. Que relativamente ao troço ferroviário Covilhã-Guarda o Sr. Presidente da CP vem aqui numa atitude de simpatia mas para branquear a preocupação da Covilhã em relação a esta ligação, isto porque deram prioridade ao trajecto Aveiro-Vilar Formoso e não se dá prioridade à ligação Covilhã-Guarda que necessitaria de sete milhões e quinhentos mil euros para fazer esta intervenção, pelo que entende que se deve pedir uma audiência ao Ministro da tutela no sentido de inverter esta situação informando-o mesmo daquilo que a CP referiu, que não é nenhuma mentira. Que de facto Vilar Formoso é a porta principal por onde se transacionam por via-férrea, a maior parte das mercadorias e não podemos esquecer que muitos dos bens transacionáveis provenientes da zona de Santarém, corredor de Abrantes, Castelo Branco e Covilhã não têm transporte pela linha da Beira Alta, tendo de fazê-lo pela linha da Beira Baixa. Mais grave ainda, disse, seria o caso de um acidente grave como já houve naquela linha, em que ficámos impossibilitados de fazer a ligação à Europa por via ferroviária através de Vilar Formoso. Que a culpa desta situação deve ser assaca não a este ou àquele Governo mas sim a todos, porque pensam investir mais onde recolhem maior percentagem de votos em eleições, esquecendo o interior, pelo que é importante que devemos ser mais acutilantes junto deste Governo ou outro qualquer, para reivindicarmos esta ligação, cujos reflexos irão beneficiar economicamente não só a Covilhã mas toda a região.

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

Referiu-se depois à questão da barragem das Penhas da Saúde II, lembrando o que havia referido numa anterior reunião aquando de uma informação prestada pelo Senhor Presidente, acerca desta questão, dizendo: “Isto é muito preocupante para nós. Preocupante porque a barragem é um investimento fundamentalíssimo para a Covilhã, para a região e para o país. É inadmissível que estejamos aqui ao lado de Espanha cujos recursos hídricos são totalmente aproveitados e só se libertam deles quando têm garantias de que já não precisam, afligindo-nos nessa altura a nós, como é o caso das barragens fluviais, de maneira que também a este propósito entendo que é importante junto do Ministro da tutela e também com a gestora do POVT, clarificar-se a situação de uma vez por todas e darmos informação cabal e integral aos cidadãos do concelho da Covilhã para que saibam porque se faz ou não se faz a barragem, ou seja o que é que aconteceu a este processo, porque há tanta informação lamacenta e os cidadãos merecem e devem ser esclarecidos.”

No que respeita ao aeródromo o Senhor Vereador Joaquim Matias disse que se exige um esclarecimento rápido, urgente, concretamente junto da Comunidade Intermunicipal, para se saber o que é que se passou, porque é que alteraram essas vontades.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não há nenhuma alteração por parte da Comunidade Intermunicipal, onde esta questão está arrumada. Que dos Vice-Presidentes dos quinze municípios, pelos vistos, o único que leva o passo certo é ele, o Sr. Presidente da Câmara do Fundão, que à revelia, contra o espírito da CIM e da boa cooperação existente entre todos os concelhos, produziu afirmações contraditórias em alguns órgãos da comunicação social, que classificava de inaudito e inexplicável.

De novo no uso da palavra o Senhor Vereador Joaquim Matias disse que na Câmara Municipal deve ser confrontado o Sr. Presidente da Câmara do Fundão da razão da alteração da sua postura em relação a este investimento. E não nos devemos calar em relação a isto assim como em relação ao IC 6 que andámos a reivindicar. Que apesar da existência de algumas ligações a Coimbra, como por exemplo pelo IC 8 ou ligação por Mangualde-Viseu, nenhuma serve verdadeiramente os interesses do interior profundo que somos nós, pelo que devemos continuar a defender sempre o IC 6. Continuamos a pensar que também não é só culpa deste Governo, mas também dos anteriores porque os túneis da Serra da Estrela foram para calar a boca às pessoas, como o foi o lançamento em Mortágua, com pompa e circunstância pelo então 1º. Ministro, da autoestrada Viseu-Coimbra, ao ponto do senhor Presidente da ANMP e da Câmara de Viseu terem demonstrado o seu desagrado pela cerimónia se ter realizado em Mortágua e não em Viseu.

Referiu ainda o Senhor Vereador Joaquim Matias que quanto às declarações do Presidente da Câmara do Fundão, se as mesmas foram produzidas tal como as ouvimos na reunião de Câmara, e se não descontextualizadas, essas declarações são graves e reprováveis.

Que em relação a esta matéria disse que foi eleito pelo concelho da Covilhã e é a sua população que representa, não estando aqui para defender os interesses do Fundão, da Guarda, Castelo Branco, pelo que contarão consigo para estar na linha da frente para reivindicar este investimento para o concelho da Covilhã.

Interveio a seguir o Senhor Vereador Pedro Farromba que apresentou cumprimentos e felicitou a Senhora Vereadora Mónica Ramôa desejando que desempenhe bem o seu papel, como o tem feito na Assembleia Municipal. Disse que se congratulava pelo facto de Senhor

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

Presidente pedir para opinar, coisa que na última Assembleia Municipal não correu muito bem e ficar contente por hoje poderem expressar a sua opinião.

Em relação à barragem disse que em todas as reuniões em que se tem falado sobre este assunto, alertou sempre para os problemas da construção da barragem e manifestou disponibilidade para os resolver em conjunto. Que tem havido muita desinformação e lá fora as pessoas não percebem o que está a acontecer. Que em relação a interesses privados, ou mais concretamente de um privado, não devem sobrepor-se ao interesse comum; “todos nós independentemente das convicções políticas de cada um, devemos estar todos do mesmo lado e defender os interesses da cidade e do concelho e também da região, porque a barragem é uma obra supra municipal, permitindo que outros municípios possam assegurar o abastecimento de água regular e com qualidade, que não têm, nomeadamente o município do Fundão.”

Referiu-se depois ao assunto da requalificação da linha da Beira Baixa, pondo em questão o que se lê no estudo, em que se hierarquizam as prioridades de investimento e o que diz o Sr. Presidente da CP. Que poderíamos entre os municípios da CIM ou se calhar mais da Covilhã, Guarda e Belmonte fazermos pressão junto dos deputados eleitos pelos dois distritos usando estas declarações do Presidente da CP, para junto da Assembleia da República e do Governo, pressionarem no sentido de acabar o que foi começado, isto porque, se esta é a opinião do Presidente da CP, “por que razão não há-de ser a vontade do Governo?”

Em relação às declarações do Sr. Presidente da Câmara do Fundão referiu: “Confesso que não as ouvi, mas a serem como o Sr. Presidente aqui referiu são graves. A questão do IC 6, que já vem de há muitos anos, consta do léxico político há décadas, uma obra que nos é cara e extremamente necessária. Deixava uma ideia, que era a CIM pegar neste projecto e tentar com fundos comunitários e com investimento privado que depois seriam remunerados através da utilização desta via, de forma que este projecto se concretize porque este projecto é essencial.”

Continuando disse “sou um acérrimo defensor do aeroporto na Covilhã, acho que faz falta, será útil, e necessário, e entendo que é uma mais-valia que a região precisa para as pessoas, para as empresas e para o desenvolvimento turístico. Não concordo em absoluto com essas declarações, no entanto terei de as ouvir primeiro antes de me pronunciar sobre elas, mas quero deixar bem claro que defendo a construção do aeroporto, até porque o respectivo projecto foi aprovado por todos os municípios da Comurbeiras, à altura, inclusive pela Câmara e Assembleia Municipal do Fundão, pelo que não percebo à luz do que foram essas declarações. De qualquer maneira e usando as palavras do Sr. Presidente, a boa vizinhança é sempre necessária nestas coisas e apelava que dentro da CIM haja alguma chamada de atenção ou alguma pressão por parte das outras câmaras no sentido de percebermos o que é que aconteceu, o que é que terá estado na origem destas palavras, e que esta gestão conjunta que se perspectivava, da causa pública, entre os municípios da Covilhã e Fundão, possa continuar. Eu defendi isso muitas vezes, publicamente, porque entendo que essa cooperação é útil e benéfica para os munícipes de ambos concelhos.”

Ainda no uso da palavra o Senhor Vereador Pedro Farromba disse ter recebido indicação da Junta de Freguesia de Cortes do Meio acerca de alguns problemas relacionados com o último temporal, nomeadamente a queda de árvores na rede eléctrica cuja responsabilidade

#### ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

de fornecimento é da referida Junta, e que lhes causou um conjunto de constrangimentos enormes, e também as obras necessárias na EM 508 provocadas pela queda de árvores naquela via, apelo que a Junta de Freguesia fazia ao Município para disponibilizar equipamento e apoio financeiro neste sentido, apelando para que isso acontecesse.

Referiu ainda ter sido contactado pela munícipe Maria Alexandra Fonseca Cruz Inácio que lhe apresentou um conjunto de problemas sociais muito graves, situação que havia comunicado por carta dirigida ao Senhor Vereador Jorge Torrão, do que lhe daria conta no final da reunião.

Seguidamente, usou da palavra a Senhora Vereadora Mónica Ramôa pedindo ao Senhor Presidente que mostrasse a gravação áudio a que se referiu, pois achava muito estranhas as declarações referidas.

O Senhor Presidente fez ouvir uma gravação em áudio de excertos das declarações proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara do Fundão a uma rádio local relativamente às questões em análise.

Retomado o uso da palavra, a Senhora Vereadora Mónica Ramôa disse “começar a sua intervenção exactamente pela mobilidade e que de facto o Presidente da Câmara do Fundão está “a deitar a toalha ao chão. Parece estar, ou pelo menos manifesta-se, da pouca probabilidade de se poderem fazer. E se calhar é verdade. Aquilo a que assistimos na política nacional é de facto isolar cada vez mais o Interior e apostar no Litoral. A isso não é alheia a vinda do Sr. Manuel Queiró, veio cá numa operação de charme. De facto isto é para enganar, porque se se aposta e se acha que isto é da maior importância para a economia nacional porquê então vem em 10º. lugar na hierarquia das infraestruturas prioritárias? Porque vindo em 10º. lugar de 15, é óbvio que não se vão fazer e neste caso era escusado vir para aqui deitar areia, e ser claros e não deixar passar isto em branco e não ficar muito contentes por ele ter cá vindo dizer que nós somos muito importantes. Além de que, isto prende-se também com o resto, com este desinvestimento generalizado no Interior que vem com o IC 6. E eu admiro-me como é que um Presidente de Câmara, do Fundão, que tenho como um homem inteligente, vir no fundo desculpar ou demitir-se de uma defesa mais acérrima de uma via que é importantíssima para diminuir e mitigar os efeitos da interioridade. Que apesar de estarmos bem servidos há valências que o nosso hospital não tem e que é necessário ir para Coimbra ou outro local. E pelo facto de não termos o IC 6 seja mais “fácil” morrer no Interior que no Litoral. Isto é uma coisa que deve preocupar todos os cidadãos e mormente os autarcas responsáveis por estas coisas. De facto, estranho, não sei o que estará por detrás e qual o contexto em que foram feitas estas declarações, porque não sei qual a contextualização, mas e a ser assim, é uma coisa que terá que explicar e na CIM terão que verificar. Embora também seja de opinião que numa estrutura como esta, para o trabalho, as pessoas terem de encontrar pontos convergentes para defenderem a região. Mas são graves essas afirmações que faz, embora em relação aos túneis da Serra da Estrela eu acho que é um desígnio que não se deve abandonar e temos de pugnar e lutar por ele, embora ele não deixe de ter razão em alguns aspectos, nomeadamente os estudos, que devem ser bem-feitos, uma coisa muito bem pensada e não ser para campanhas eleitorais. Feitos com cuidado e sob pena de não destruímos a “galinha dos ovos de ouro” que é o turismo da Serra da Estrela. Mas isto não pode nem deve ser motivo para não se fazerem porque, nesse caso, não é o Governo central que está a fechar a porta ao Interior, mas também as autarquias do interior que estão a fechar a porta a elas próprias. Os túneis da Serra da Estrela têm importância de, neste conjunto, nos ligarmos ao resto do país.”

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

“Relativamente à barragem a questão agora é, o que fazemos agora? A barragem tem uma série de constrangimentos ambientais que, pessoalmente, concordo, mas qual é a solução alternativa? Todos queremos uma barragem mas perante estes constrangimentos teremos que pensar numa solução alternativa, pelo que é escusado “chover no molhado” e pergunto ao Sr. Presidente da Câmara: o que vamos fazer a seguir, o que é que tem a dizer aos covilhanenses, qual é a solução uma vez que ao que tudo parece, é uma coisa quase impossível de construir ali. Também é verdade e temos de ter algum cuidado com aquilo que se diz, porque construir uma barragem num perfil que nós temos aqui, não é a única solução para resolver questões, nomeadamente de dificuldades de água e não se desperdiçar um recurso preciosíssimo como é a água. Portanto não é a única solução, há outras soluções. Não podemos circunscrever as nossas opções. Não estou a dizer que não se faça a barragem, mas não podemos estar agarrados só a esta solução. O que é importante é que as pessoas percebam o que é que está em causa, o que é que aconteceu efectivamente, o que é que se vai fazer a seguir, porque isto está envolto numa grande neblina e acho que todos querem que isto se esclareça a bem de todos.”

Seguidamente referiu-se a uma situação que disse ser-lhe cara, ou seja que “a Covilhã devido aos constrangimentos nacionais e internacionais está a enconchar em termos de crescimento. Não podemos pensar que a Covilhã estará sempre a crescer. Temos que consolidar aquilo que temos. E é justamente isto que nos preocupa. Nós olhamos à nossa volta e temos várias obras de particulares, abandonadas. Temos investido e bem, no turismo e no desenvolvimento turístico de qualidade, ecológico e cultural. Não podemos é apresentar uma cidade que tem nos seus corações, nos seus vários centros, esqueletos de obras por acabar. O que é que a Câmara está a pensar fazer relativamente a isso? O que é que está a ser feito no sentido de minimizar esses impactos?

Por outro lado, obras públicas, isto é as obras que ficaram, mais ou menos a meio, ou perto do fim, que não se concluíram a tempo, nomeadamente a EM 512, Ponte Pedrinha-Peraboa e os Elevadores, nomeadamente o do Jardim, ou seja, o que está previsto para se acabarem ou o que é que está a ser feito para acabar a bem de todos nós e do futuro do nosso concelho? Também quero perguntar, o que é que se prevê acontecer ali naquele terreno ao lado do Mercado Municipal onde foram desmontadas aquelas casas onde estava localizada a loja do “Zé André”, ao qual vou chamar requalificação do Mercado Municipal, porque passavam para ali empresas, pergunto se aquilo vai avançar ou não? Pode haver constrangimentos orçamentais obviamente, mas o local da forma como está não pode continuar. Tem de haver ali uma protecção, algum enquadramento, dado que é zona histórica. Nem sempre as obras podem avançar, mas quando isso não acontece há um protocolo de emergência, que é fazer com que os locais fiquem inseridos no espaço de uma forma mais ecológica, ambiental, harmoniosa no sentido de interacção com as pessoas.”

Debruçou-se depois sobre o tema da energia eólica, questionando “como está o processo respeitante ao estudo/levantamento de energia eólica da ICOVI e sobre o Parque eólico da PT: o que é que está previsto rentabilizar nesse parque? Todos sabemos o que está no contrato e, eu só queria aqui relembrar que a não cobrança dessa mais-valia que poderia ser para todos nós, seria na ordem dos 250 mil euros por ano, cálculo baseado nos cálculos feitos pela Câmara Municipal de Montalegre relativamente ao seu parque eólico que tem 48 torres e dá 50 mil euros por mês.”

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

O Senhor Vereador Pedro Farromba interrompeu esclarecendo que o parque da PT corresponde a 9 torres para funcionar em pleno.

A Senhora Vereadora disse não ter essa informação, uma vez que o projecto contemplava 28, mas que mesmo assim seria um valor considerável numa altura de tanta necessidade. “Quando todos sentimos que não há dinheiro, que não há investimento, pelo menos para o Interior, que não se pode re-municipalizar a ADC porque não há dinheiro, se calhar avançar com este tipo de projectos que têm um retorno rápido, seria uma boa maneira de fazermos algum dinheiro.”

“Quanto à protecção da floresta contra incêndios estão orçamentados 150 mil euros e queremos saber o que é que já foi feito e quanto dessa rubrica já foi despendido para o efeito, ou seja o que foi feito e o que gastaram.”

“Ainda sobre questões do dinheiro, como é que está a questão do Espaço das Idades que iria passar para o piso-1 do Centro Comercial do Sporting e irá custar 48 mil euros por ano, queria saber quando vão para lá, como está a situação. Se essa solução neste contexto de falta de dinheiro, se essa continua a ser a solução preconizada pela Câmara.

Se quer gastar 48 mil euros, quando tem equipamentos públicos que pode utilizar, como por exemplo a Escola Central, que poderia este Espaço das Idades ser mais didáctico, com outras gerações e não estar confinado a uma coisa de “velhos”, portanto ter esta dinâmica e este potencial, numa cidade que está a ficar envelhecida, tal qual como o país, isto seria até uma valência muito importante, talvez a repetir noutros concelhos com outras características ou outras semelhantes. Pergunto, se a Câmara está nesta posição intransigente de levar o Espaço das Idades para o Centro Comercial do Sporting, gastando 48 mil euros que poderia juntar e daqui a uns anos poder re-municipalizar as Águas da Covilhã ou para, por exemplo, pagar os passes sociais aos alunos que estão do Secundário e que têm de pagar os passes sociais, que a Câmara não paga os 50% aos alunos que vêm nomeadamente de São Jorge da Beira, o que é particularmente oneroso para as famílias, para não falar do tempo que demoram a chegar aos estabelecimentos de ensino.”

A seguir, usou da palavra o Senhor Vereador Nelson Silva que saudou os presentes e felicitou a Senhora Vereador Mónica Ramôa, que disse conhecer já da Assembleia Municipal, sendo um prazer tê-la aqui como Vereadora.

Em relação àquilo que foi referido, nomeadamente sobre a barragem, CP e às declarações do Sr. Presidente da Câmara do Fundão, o Senhor Vereador Nelson Silva disse que quando foi informado destas declarações teve alguma dificuldade em entender e por isso teve o cuidado de as ouvir e confirmar junto das rádios Altitude e Cova da Beira para tentar perceber o seu enquadramento. Disse depois que gostaria de deixar bem claro que, considerava o Sr. Presidente da Câmara do Fundão um dos autarcas que, provavelmente, tem mais conhecimento do que é a realidade social e económica, não só do seu concelho mas também da região, e que o considerava até um autarca de referência e do que se vinha apercebendo, um autarca apologista da boa cooperação intermunicipal. Diz achar que é este que deve ser o caminho dos municípios da Cova da Beira. Pessoalmente é favorável a projectos comuns a nível social e económicos para a Cova da Beira, mas as declarações que proferiu, confessa que não as conseguiu entender. E por isso, deixa um conselho ao Sr. Presidente e ao Órgão: “acho que há momentos para ouvir, há momentos para meditar nas situações e há momentos a partir dos quais há que agir e tomar uma posição. “Acho que tem que ser tomada uma posição por parte do Senhor Presidente da Câmara e até mais

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

como Presidente da CIM. Porque em termos estratégicos aquilo que de pior nos pode acontecer, quando estamos a defender projectos para a região, é haver brechas na nossa actuação comum. Aliás não consigo perceber nem qualificar, estas declarações do Sr. Presidente cingidas a Janeiro em que disse que o aeroporto era um projecto de interesse regional.”

Em relação à barragem disse que “foram identificados um conjunto de problemas ambientais, que do seu ponto de vista, existe também um problema financeiro nesta operação e que se calhar, acabam por ter até alguma ligação com a notícia que acaba de acontecer na semana passada, em que segundo o DN de 28 de Fevereiro, o Tribunal Constitucional, denuncia a propósito das parcerias público-privadas, o valor excessivo dos contratos, e uma das questões que levanta é que essas operações, esses negócios, foram feitos em previsões de crescimento e de consumo erradas. Há dois anos que ando a pedir para me fornecerem o estudo de viabilidade sócio-económica do projecto da barragem que até hoje ainda estou a aguardar. Portanto, em relação à barragem temos que pensar quais são as soluções e as alternativas. As pessoas estão a ficar cansadas, temos que lhes explicar para onde vamos, identificar os problemas, se a administração resolve ou não o assunto, e se não resolve temos que pensar sobre assunto. Não podemos é andar semana após semana a falar disto, inclusivamente nos jornais. Não podemos andar a gastar as nossas energias dentro deste projecto e se este não tiver viabilidade, temos que começar a trabalhar num novo, nesse sentido.”

Em relação à CP disse não ter muito mais a dizer em relação ao que havia já sido dito pelos colegas de vereação, e comungar com a posição de que junto dos nossos deputados e do Ministro da tutela, pedir informação e manifestar as nossas preocupações relativamente a este processo.

Seguidamente solicitou informação sobre o ponto de situação de três obras que têm fundos comunitários, nomeadamente o Centro Interpretativo da Cereja, Centro Social do Peso e o Mercado do Tortosendo, e ainda clarificação relativamente à referência feita pelo Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal a propósito da data de pagamento das transferências para as Juntas relativamente aos protocolos de delegação de competências aprovados naquela sessão e, finalmente, saber se há alguma evolução em relação às reuniões com a Teleperformance, assunto que tem estado na ordem do dia e saber qual a estratégia da Câmara em relação a esta matéria, porque é um processo de que já se anda a falar há já 4 anos.

Usou da palavra a seguir, o Senhor Presidente da Câmara, que em relação à barragem leu na íntegra o teor da carta do POVT: “tendo em conta a complexidade da operação do projecto de investimento, quer quanto à configuração física, quer quanto ao respectivo quadro financeiro, o POVT acompanhou de perto as diversas fases de implementação e das vicissitudes que se foram verificando, tendo por diversas vezes alertado o beneficiário, para os constrangimentos decorrentes do prazo de elegibilidade do POVT, que termina em Dezembro de 2015. Foi com esta preocupação que a Comissão Directiva do POVT, deliberou em 4 de Junho de 2013, que a manutenção de financiamento da operação dependeria da verificação atempada de um conjunto de circunstâncias, sem o que, não só os riscos de incumprimento do prazo de conclusão da operação seriam muito elevados, como do mesmo resultariam inevitáveis impactos no seu financiamento, já que não poderiam ser consideradas elegíveis as despesas que viessem a ser realizadas após 31/12/2015.

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

Neste contexto, foi enviado à ICOVI, o nosso ofício n.º 1444 de 12/06/2013, no qual era referido o seguinte: A Comissão Directiva do POVT considera imprescindível a definição de marcos temporais para acompanhamento da execução da operação, os quais vão ser excedidos, dado que se encontram no caminho crítico da obra, não existindo qualquer folga face ao período de elegibilidade do QREN.

Por deliberação da Comissão Directiva de 04/06/2013, foram fixados os seguintes limites temporais:

1. Aprovação da guia, até 31 de Julho de 2013;
2. Visto do Tribunal de Contas do contrato de empreitada até 31 de Agosto de 2013;
3. Consignação da empreitada até 01 de Outubro de 2013.

Verificou-se, que entretanto que a guia foi emitida em 20 de Setembro de 2013 e que o visto do tribunal de contas ocorreu em 6 de Dezembro de 2013, pelo que não foram desde logo cumpridas as duas primeiras metas. Entretanto e por e-mail de 28 de Janeiro último, a ICOVI informou o POVT de que não foi possível até agora, tomar posse administrativa dos terrenos, onde será construída a Barragem das Cortes, decorrendo um conjunto de processos de contencioso junto das instâncias judiciais de iniciativa de alguns proprietários e que o RECAP ainda não foi aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Qualquer dos factos impediu a consignação da obra.

Nestes termos, o POVT considera que a construção da Barragem das Cortes e as componentes associadas, ETA da Varanda dos Carquejais, adutoras, reservatórios, não evidenciam condições para poderem ser executadas dentro do prazo de elegibilidade do QREN, pelo que a autoridade de execução do POVT decidiu tomar a iniciativa de reprogramar a operação em baixa, reduzindo-a à componente remodelação da ETA das Penhas da Saúde, esta já realizada, com impacto positivo na qualidade da água do município da Covilhã. As componentes agora excluídas poderão ser eventualmente candidatas, no âmbito do próximo período de programação dos fundos comunitários, caso na altura existam condições para o efeito.”

“É, como veem, de uma forma muito objectiva, muito clara, sem nebulosa, é que andámos muito tempo a falar da barragem, mas nunca tivemos um cabal esclarecimento sobre o processo da barragem. O Sr. Vereador tem razão quanto a isto e agora a outra questão da sustentabilidade financeira. Temos que ser realistas. Onde é que está o dinheiro para estas obras. Como seria possível com a carnificina da indemnização da Parq C, com 11 milhões relativamente ao capital da Águas da Covilhã, com um milhão e setecentos mil que nos irão cair em cima, relativamente ao parque de foguetes do Tortosendo, mais 700 mil euros para o PRODER, mais 700 mil euros para o E. Leclerc, sem falar de outras coisas. O Governo pode também criar excepções ao problema do nosso financiamento, por ser um projecto de relevante interesse nacional. Uma alternativa, imaginando pelo que vejo que só existe fauna e flora na solução A, pode ser que a solução B seja conseguida, que é avançar com a barragem em botão armado, localizada mais abaixo do que a prevista, onde a fauna e a flora não é a mesma; onde não há problemas de natureza arquitetónico, nem cultural, nem paisagístico. Parece que cometi um crime que lesa-município, por ter recebido um reclamante, o seu grande opositor, à execução deste projecto. Limitei-me a cumprir uma regra de educação e defendi que continuaria a pugnar pelo projecto, nos moldes em que o anterior executivo o defendeu.

Continuando disse: “Agradeço a solidariedade e concordância que todos me manifestaram e acho que, no fundo, estão a agir em conformidade relativamente às questões relacionadas com as declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Fundão. Como sabem eu

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

sou um homem de consensos, gosto de fazer pontes entre as pessoas e instituições e como disse e bem o Sr. Vereador Nelson Silva, há limites. Há linhas que não devem ser ultrapassadas e o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Fundão ultrapassou a linha vermelha e isto não vai lá com diplomacia, com conversa telefónica ou de nos sentarmos a uma mesa. Vai lá com a dureza de uma tomada pública de posição, que vou tomar obviamente na qualidade de Presidente da Comunidade Intermunicipal, e também como Presidente da Câmara.”

“Relativamente à da CP é de facto uma operação de charme. Que quem todos os dias fala em assimetrias, em combater a interioridade, em coesão territorial e social, na prática desmente aquilo com encham a boca todos os dias.”

Disse depois que “na verdade a Covilhã enconchou; que existem duas realidades divididas pela Av. Marquês d’Ávila e Bolama; nós temos e queremos requalificar o centro e não construir novo, que já temos muito, temos é que fomentar a regeneração urbana, as antigas fábricas para fins empresariais, iniciativas culturais e outros fins.

Quanto aos terrenos da loja do Zé André há de facto uma situação de saúde pública que tem que ser combatida.”

O Sr. Engº. Vieira informou que aquela área está sob protecção sendo uma área classificada e sob alçada da Direção Regional de Cultura do Centro, pelo que as opções estão limitadas. Que se pretende cria condições para evitar a degradação das casas que estavam encostadas às demolidas, consolidação de paredes que ameaçam desmoronamento, impermeabilizar o solo, permitindo não só evitar infiltrações nos prédios adjacentes incluindo uma habitação em cave, e aumentar a capacidade de estacionamento para além do existente no Mercado Municipal, cujos trabalhos a DRCC aceitou e é isso que irá ser feito até que haja uma solução diferente no futuro, para aquela zona; que está a decorrer o processo documental com vista ao lançamento do concurso e respectiva contratação, após o que se dará início às obras.

O Senhor Presidente referiu-se depois à questão das obras públicas inacabadas nas quais inclui as do posto de turismo e o miradouro junto ao colégio das freiras, informando que o empreiteiro já confessou não ter dinheiro para essas obras alegando dificuldades financeiras, sendo um problema que a Câmara está a resolver da melhor forma; que a realidade é esta e esperar que não se eternize e se possam concluir, porque são para nós uma prioridade terminá-las, o mesmo sucedendo em relação à EM512.

Em relação à questão posta pelo Senhor Vereador Nelson Silva sobre o ponto da situação das obras comparticipadas, nomeadamente o Centro Interpretativo da Cereja, Centro Social do Peso e Mercado do Tortosendo, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente Carlos Martins que informou que há vontade deste Executivo, que até ao final do ano, elas sejam concluídas, uma vez que foram assumidos compromissos financeiros com essas Juntas de freguesias e que estão contempladas Orçamento para 2014.

Interveio a seguir o Senhor Vereador Joaquim Matias que acerca de uma questão levantada sobre o que fazer em relação à barragem, alertava para que se fizesse “uma pesquisa nos serviços, porque existe um projecto do projectista inicial da Barragem Viriato, que trazia um aumento muito significativo de armazenamento de água naquele reservatório. Por outro

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

lado, falou-se em tempos, também da possibilidade de uma beneficiação da barragem do Padre Alfredo, para que fosse recuperada convenientemente, eu acredito que, recuperada esta barragem, com o aldeamento da barragem do Viriato, com o aproveitamento das águas dos proprietários dos terrenos da encosta, onde houve investimentos para captação de água e utilização de nascentes, havia um acordo com os proprietários para não se contaminarem os terrenos, essas águas seriam todas aproveitadas e injectadas no sistema de tratamento. Pelo que julgo saber, os proprietários, unilateralmente denunciaram os contratos, e agora essa água não é injectada no sistema. Isto para chamar a atenção que há um projecto, que pode ser recuperado e ver se eventualmente pode ou não haver uma solução A ou B, e haver uma C e acho que temos que nos preocupar com esta questão.”

Referiu a seguir ter recebido a resposta ao pedido que havia feito e que agradeceu, relativamente ao processo do projecto do aeroporto regional. “A verdade é que houve um primeiro contrato feito em 2008, de cerca de 617 mil euros com iva incluído, para a elaboração de um ante-projecto de aeroporto da Covilhã tendo já sido facturado à Câmara cento e tal mil euros, não sei se já pagos ou não. Mas o mais grave é virem dizer que não há terreno porque o projecto foi feito com base numa planta que tem o terreno referenciado, o que quer significar que o terreno existe, não sabemos se eventualmente foram contactados os proprietários, se foi feita a expropriação dos terrenos ou não, mas existe. E se nada disto existe acho que andaram a branquear a verdade e isto deve ser esclarecido até porque o aeroporto regional está efectivamente implantado na planta, nos terrenos e não se compreende que se venha agora dizer que não há terreno.

Recebi, também, resposta a um requerimento relativamente às obras paradas e que me preocupam, porque somos informados hoje, pelo senhor Presidente, que os empreiteiros não têm capacidade financeira para acabarem estas obras. Pergunto: Eles não têm capacidade financeira agora, e não sabiam quando concorreram que não tinham capacidade para as fazer? O que é que falhou nisto? Há culpa do empreiteiro ou também por parte da Câmara? Se daqui por 8 dias essas empresas entrarem em insolvência como é que vamos resolver este problema? Porque é que ainda não apareceram aqui as coimas para serem aplicadas a quem prevaricou, porque se eventualmente um consumidor de água não pagar a água ao fim do mês, cortam-lhe a água, tem que pagar uma taxa para reactivação do fornecimento de água, como acontece com a luz, como acontece com as rendas sociais que se não forem pagas a tempo, têm mais 25% de coima, em cima da dívida. O que é que vai acontecer e quem vai ser o responsável, ou responsáveis, no caso de haver uma insolvência, porque eu não quero ser corresponsável por algo em que não fui ouvido.”

“Relativamente à isenção de taxa de utilização de subsolo no ano de 2014, fui fazer uma pesquisa, a uma deliberação de Câmara de 5/7/2013, e o que aconteceu é que os consumidores estão a pagar essa taxa de utilização do subsolo. Gostava de saber qual a explicação relativamente a este processo.

Também na última reunião trouxe aqui uma proposta de sinalização horizontal e vertical da AFTEBI e Escola Profissional da Beira Interior.

Sobre o assunto apresentou o documento que se transcreve e que fica apenso à acta:

“ Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Como é do conhecimento de todos, na última reunião de Câmara entreguei duas propostas de recomendações, que visavam a colocação de sinalização vertical, que permitisse a quem nos visita, e com facilidade chegarem às referidas instituições que já referi.

## **ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

A informação que me foi dada refere tão somente uma placa com a denominação “ESCOLA”.

Venho, mais uma vez, solicitar ao Senhor Presidente, que envide esforços, no sentido de mandar instalar o já proposto na última reunião de Câmara.”

Seguidamente chamou a atenção para um problema ao nível da intervenção dos bombeiros voluntários que no ano anterior tiveram cerca de 9 mil solicitações, algumas, para retirar pessoas de elevadores, nos quais deverão ser implementadas orientações para emergência por ordem hierarquizada de responsabilidade, desde a empresa de manutenção, ao técnico instalador, por forma a evitar-se complicações ao nível dos pedidos de socorro que envolvem a actuação dos Bombeiros Voluntários.

Solicitou depois e dado ter sido informado pelo Senhor Vice Presidente, que no dia 13 de Março haveria uma reunião na Câmara com os responsáveis da Teleperformance, que na agenda desta reunião fosse agendada uma proposta para que nessa reunião pudessem estar presentes, um elemento da CDU, do PSD e do Movimento Acreditar Covilhã, por entender que com a presença de todos, poderiam dar alguns contributos e ficar cabalmente esclarecidos em relação ao que se passa relativamente à Teleperformance, pelo que solicitou ao Sr. Presidente que colocasse a proposta à votação.

O Senhor Presidente disse ser apologista de uma presidência aberta e de transparência, de uma reunião assertiva com os responsáveis da empresa e depois fazerem-se as reuniões que se entender necessário, e disse não concordar com a ideia, dando a impressão que teria alguma dificuldade em parlamentar com estes interlocutores, pelo que disse lamentar não aceitar a proposta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias voltou a insistir, dizendo que esta proposta vem na sequência de uma informação de que não foi a primeira vez que foram feitos contactos com a Teleperformance, nomeadamente pelo Sr. Vice-Presidente, em Lisboa, pelo que, mesmo que não venha a ser aprovada a sua proposta, que fosse submetida à votação.

Depois de alguns esclarecimentos dos Senhores Vereadores Nelson Silva e Pedro Farromba, nomeadamente sobre a responsabilidade da condução política deste tipo de reuniões, que compete ao Presidente do órgão executivo, a Senhora Directora do Departamento de Administração Geral e Finanças chamou a atenção para a nova Lei nº. 75/2013, que não permite alterações à ordem de trabalhos.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que retira a proposta por não ter presente a alteração da Lei, mas refere que “não seria necessário, se houvesse boa vontade em receber os contributos que, houvesse uma proposta destas, bastando que o Sr. Presidente ou o Sr. Vice-Presidente solicitasse a presença dos eleitos.

Interveio novamente a Senhora Vereadora Mónica Ramôa que pediu esclarecimentos relativamente ao aeródromo, questionando se havia já um programa de faseamento e orçamentação da obra e nomeadamente quem iria pagar o investimento.

O Senhor Presidente esclareceu que no orçamento e plano de actividades está prevista a fase do projecto, embora esta obra seja supra ou intermunicipal e a ideia é precisamente inscrevê-la no plano intermunicipal; que o financiamento deste projecto será feito pela

## **ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

entidade jurídica que é a CIM e pela componente financeira própria que está prevista no orçamento municipal.

O Senhor Eng<sup>o</sup>. Jorge Vieira informou que a CIM tal como qualquer município tem o seu próprio orçamento e sendo ela a promotora do projecto de construção avança com a componente própria do respectivo orçamento e sendo a CIM composta por vários municípios, de forma indireta todos estarão a contribuir para este investimento, sendo que o orçamento da CIM é composto por transferências do Orçamento de Estado, da União Europeia e dos municípios que a integram.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Vereador Jorge Torrão que após saudar a Senhora Vereadora, disse que “o que se aqui está a passar relativamente às questões levantadas pelo Sr. Presidente da Câmara, tem a ver com a geoestratégica que se está a passar na luta de posições de agentes políticos que estão a evidenciar-se em diversas áreas de intervenção, quer na CIM, quer nos seus municípios. Quero realçar e enfatizar o papel e as palavras ditas pelo nosso Presidente, Dr. Victor Pereira, de que temos de ser firmes na defesa dos interesses da Covilhã. O que está a acontecer neste momento são já indícios em que se quer subalternizar, ou que se esteja aqui a traçar um estratégia de desenvolvimento ou de políticas para outros centros nevrálgicos. Acho que pela Covilhã, temos de estar muito atentos, muito unidos e ter muito cuidado com aquilo que mediatizamos, porque podemos estar a dar indicações de fragilidade a outros agentes políticos, pelo que devemos ser intransigentes na defesa da Covilhã e do nosso concelho.

O Senhor Presidente solicitou a interrupção dos trabalhos por 5 minutos para uma entrevista que iria dar a uma jornalista da televisão, cujo tema era precisamente a barragem, pelo que apelou à compreensão e à gentileza dos Senhores Vereadores para o efeito, com que todos concordaram.

Terminada a suspensão o Senhor Presidente, retomou os trabalhos passando de imediato ao período da ordem do dia.

## **ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

### **PERIODO DA ORDEM DO DIA**

#### **AGENDA**

Foram mantidos todos pontos agendados.

#### **BALANCETE**

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à acta, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 876.011,44 € (oitocentos e setenta e seis mil, onze euros e quarenta e quatro cêntimos).

. Documentos: 3.009,20 € (três mil e nove euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 53.265,89 € (cinquenta e três mil, duzentos e sessenta e cinco euros e oitenta e nove cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 822.745,55 € (oitocentos e vinte e dois mil, setecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos).

#### **APROVAÇÃO DE ACTAS**

Não foram distribuídas actas das reuniões anteriores.

#### **DESPACHOS**

Presente à reunião para efeitos de ratificação, ao abrigo do disposto no n.º 4 do art.º 6º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Covilhã, em vigor, despachos exarados pelo Chefe de Divisão de Finanças, no âmbito da Delegação de Competências conferida pelo Despacho n.º 42-A/2013, de 11 de Novembro, nas datas e com o conteúdo seguinte:

28/02/2014 - Concede autorização a Rio Desperto – Bar Queda Livre, para prolongamento de horário de funcionamento do estabelecimento comercial do Bar, no dia 02 de Março de 2014 das 02,00 às 04,00 horas, ao abrigo do n.º 4 do art.º 6º do Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã.

28/02/2014 - Concede autorização a Wine & Blues, Lda, para prolongamento de horário de funcionamento do estabelecimento comercial do Bar, no dia 04 de Março de 2014 das 02,00 às 04,00 horas, ao abrigo do n.º 4 do art.º 6º do Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã.

## **ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

O Senhor Vereador Joaquim Matias, relativamente a este assunto, apresentou o documento que a seguir se transcreve e que fica apenso à acta:

“Como é do conhecimento do senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, na reunião de Câmara do passado dia 07 de Fevereiro de 2014, aquando da análise e ratificação dos despachos, das solicitações feitas para autorização dos prolongamentos de Horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais do concelho, propus, que os serviços elaborassem um documento/registo das solicitações feitas, e que fosse presente à reunião acompanhando o novo pedido de prolongamento de horário, a título excepcional.

Hoje, é-nos apresentado novo ou novos pedidos excepcionais de prolongamento de horários de funcionamento, e tal documento por nós aprovado não nos é apresentado.

Também constatei, que na resposta ao requerente, não é feita uma chamada de atenção, para o Dec. Lei n.º 292/2000 de 14 de Novembro “Regulamento Geral do Ruído” e republicado pelo Dec. Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro.

Proponho, que o órgão delibere no sentido de na resposta a dar aos requerentes, e sempre que for deferido o pedido, se introduzir uma chamada de atenção, para o que atrás referi.”

O Senhor Chefe de Divisão de Finanças, Dr. Júlio Costa, informou que na licença que é emitida, após o deferimento, consta exactamente o expresso no art.º 11.º desse Decreto - Lei.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que só teve acesso aos ofícios resposta e não à licença, nada impedindo que nas comunicações, fosse desde logo feita essa chamada de atenção, para salvaguarda do direito ao sossego.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou ratificar os despachos apresentados.**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**a) Despesas de pessoal**

**- Custos de pessoal – Mapa das despesas referentes a Fevereiro 2013 e Fevereiro 2014**

Presente mapa comparativo de despesas com pessoal da Câmara Municipal da Covilhã, relativo a Fevereiro de 2013 e Fevereiro de 2014, documento apenso à acta.

O Senhor Presidente disse que se constatava uma diminuição em relação às despesas com o pessoal e, por questões de serviço, que esta informação viesse à Câmara de seis em seis meses, isto sem menosprezo algum, pela ideia dos subscritores da proposta inicial, da sua importância e valor, a quem solicitou se viam algum inconveniente para que este controlo fosse feito semestralmente.

Submetido o assunto à apreciação os Senhores Vereadores foram de opinião que deveria ser feito trimestralmente.

**A Câmara tomou conhecimento da situação correspondente às despesas com o pessoal comparativamente ao mês de Fevereiro dos anos 2013 e 2014.**

**Mais deliberou que a apresentação do mapa comparativo das despesas com pessoal passe a ser do conhecimento do órgão executivo, trimestralmente, na primeira reunião imediatamente a seguir a cada trimestre, sendo que o primeiro mapa deverá ser presente à primeira reunião ordinária do mês de Abril.**

**b) Cedência de imóvel à UBI**

Presente informação n.º 36, do Serviço do Património Municipal, datada de 25/02/2014, relativo à cedência do prédio urbano sito na Carreira de Tiro, antiga Freguesia de São Martinho, em cuja matriz se encontra inscrito sob o artigo 1012, actualmente União das Freguesias da Covilhã e Canhoso, aí inscrito sob o artigo 2861, descrito na CRP sob o n.º 00139/19250727, ali inscrito a favor do Município pela AP. 1479, de 2010/03/04, documento apenso à acta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu que “esta matéria foi deliberada em 1995, com o propósito de se incluir esta cedência, numa zona de expansão da Universidade da Beira Interior, e com a contrapartida de, termos por parte da UBI, uma abertura para que fosse utilizado o terreno necessário para fazer a circunvalação que estava projectada para aquela zona. Na altura referi que os serviços técnicos da Câmara e da Ubi teriam que salvaguardar a abertura daquele acesso.

O Senhor Presidente disse que isso será salvaguardado e que esta situação vem no âmbito da excelente colaboração e cooperação que tem existido, com a UBI.

**A Câmara, por unanimidade e para cumprimento do estipulado no art.º 2, do Decreto-Lei n.º 97/70, publicado na I Série do Diário do Governo n.º 61, de 13 de**

**Março de 1970, posterior Portaria de 11/12/87, do Secretário de Estado para os Assuntos Fiscais, publicada na II Série do Diário da República n.º 6, de 08/01/1988, deliberou que seja rectificada a deliberação de Câmara de 21/02/1995, no sentido de passar a constar o seguinte texto:**

**1. A Câmara deliberou ceder, a título definitivo e gratuito, à UBI – Universidade da Beira Interior, o prédio urbano, composto por um edifício de rés-do-chão, sito na Carreira de Tiro, inscrito na matriz da antiga freguesia de São Martinho, sob o artigo 1012, actualmente União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, em cuja matriz se encontra inscrito sob o artigo 2861, com a área coberta de 67,50 m<sup>2</sup> e área descoberta de 4.092,50 m<sup>2</sup>, a confrontar do norte, sul, nascente e poente com Emília Amélia Elias da Costa Marques Mansinho, descrito na CRP, sob o n.º 139/19250729 e aí inscrito a favor do Município pela inscrição resultante da AP. 1479, de 2010/03/04.**

**2. Que a cedência é efectuada sob a condição de o imóvel se destinar a ser integrado no Pólo II, da Zona de Expansão da Universidade da Beira Interior e abertura da futura Estrada Municipal de ligação à zona do Peão – Penhas da Saúde, e ao qual é atribuído o valor patrimonial actual, no âmbito do CIMI, no montante de €18.050,00.**

**c) Expropriação: Alargamento da Rua Francisco Leal (acesso à sede da Junta de Freguesia da Boidobra**

Presente informação n.º 12, do Departamento de Obras e Planeamento, datada de 03/03/2014, relativa ao processo de expropriação do alargamento da Rua Francisco Leal, na Freguesia de Boidobra, propondo, após as diligências efectuadas sobre o processo de expropriação, revogar as deliberações de Câmara de 15/05/2009, 22/06/2012 e 07/09/2012; aceitar a doação da parcela de terreno a ocupar pela obra, com a área aproximada de 361,79 m<sup>2</sup>, sem encargos financeiros; aprovar a alteração do projecto técnico e que deverá ser a executar em obra e comunicar à DGAL a desistência do procedimento de expropriação por declaração de utilidade pública, documento apenso à acta.

O Senhor Presidente informou que “este assunto tem a ver com a expropriação de um terreno, que se pretende agora revogar, uma vez que o proprietário do terreno decidiu doá-lo à Câmara Municipal nos termos em que são documentados, que permitirá o rearranjo e o reordenamento do espaço na zona de intervenção, em que são previstos 5 lugares de estacionamento, o que não acontecia no projecto inicial, prevê a construção de um passeio, também não previsto inicialmente, e aproveitar o momento para agradecer a gentileza e a disponibilidade manifestada pelo proprietário, Sr. Paulo de Oliveira, e em nome do Município da Covilhã, agradecer esta doação.

O Senhor Vereador Joaquim Matias apresentou o documento que aqui é transcrito e que fica apenso à acta:

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Analisado que foi o processo e os documentos colocados à nossa disposição, pretendo ser informado, se a Câmara, solicitou algum parecer à Junta de Freguesia de Boidobra.

Conhecendo também a importância desta intervenção, gostaria de perguntar, se se equacionou a possibilidade que também existe, de este acesso ser alargado, com a implantação de um passeio como é referido no documento apresentado, e a saída ser

## **ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

efectuada, através da abertura a projectar que contorne a Igreja, saindo em frente ao Restaurante “O Pinheiro”:

Mas como referi, conheço bem este processo, mas entendo que a Junta de Freguesia devia dar o seu parecer.”

O Senhor Vice-Presidente Carlos Martins disse que “este assunto já poderia estar resolvido pela Câmara anterior, porque não houve por parte dos seus responsáveis, capacidade de dialogar com o proprietário dos terrenos, avançando logo para a expropriação naquela data; a verdade é que esta é a melhor solução e que vai ao encontro do desejo do Senhor Presidente da Junta da Boidobra, com quem tive o cuidado de falar e apresentar esta solução com a qual concordou. E mais uma vez um exemplo de que uma política do faz tudo, a “mão firme” não trás resultados, razão por que esta obra não está executada.”

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa questionou, independentemente da consideração de que a obra já deveria estar pronta e da perspectiva futura de uma outra solução, quando é que a obra vai começar, porque o que é importante é garantir o acesso à sede da Junta de Freguesia, à extensão do Posto de Saúde, Centro de enfermagem, à Associação e aos serviços de correios.

O Senhor Presidente respondeu que a obra será feita de harmonia com a disponibilidade financeira e atento a Lei dos Compromissos.

O Senhor Dr. Júlio Costa, a pedido do Senhor Presidente, explicou que “nos primeiros meses do ano da vigência dos orçamentos, a entrada de fundos provêm basicamente das transferências do orçamento de estado e são imputadas às despesas prioritárias, pelo que só após a arrecadação de outras receitas, que advêm de impostos municipais, nomeadamente do IMI, é que se poderá ter noção do que é possível assumir em termos de despesa, as mais prioritárias e de valor mais substancial, o que não acontecerá nunca antes de Maio.”

O Senhor Presidente referiu a propósito o pagamento das transferências que irá ser feito às Juntas de Freguesia no corrente mês, que entendia prioritário face às dificuldades sentidas por aquelas autarquias, dando assim resposta à questão levantada pelo Sr. Vereador Nelson Silva no período de antes da ordem do dia.

O Senhor Vereador Joaquim Matias informou que os Bombeiros muito brevemente não terão dinheiro para combustível.

O Senhor Presidente respondeu que iria ter em atenção o problema suscitado.

O Senhor Vereador Pedro Farromba pediu a palavra para, segundo disse, “fazer referência a umas declarações desadequadas e despropositadas do Sr. Vice-Presidente em relação à expressão que usou e tem usado, e aquilo que eu lhe dizia a este propósito, visto que nem sabe qual é o meu sentido de voto, e que já se está a dirigir a mim, e deixar a sugestão que faça o seu trabalho que foi para isso que foi eleito e não estar sempre a olhar para trás e a criticar o passado e de usar, em reuniões onde eu não estive, e aliás não fui o único, de expressões menos próprias e no local onde foram ditas.”

Em resposta o Senhor Vice-Presidente disse que se referiu à Câmara anterior e que o Sr. Vereador Pedro Farromba “ainda não digeriu a derrota do dia 29 de Setembro de 2013”.

## **ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

O Senhor Presidente solicitou o encerramento do diálogo entre os Senhores Vereadores.

O Senhor Vice-Presidente referiu ainda que “este Senhor que está aqui à minha frente, na diagonal, ainda não respondeu aos pedidos feitos pela Câmara Municipal no âmbito do Parkurbis.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba contrapôs, dizendo que “tentou responder, mas que não autorizado fazê-lo. Fui questionado na Assembleia Municipal sobre este assunto e não me foi dada a oportunidade de responder.”

O Senhor Presidente solicitou o encerramento do diálogo e submeteu o assunto a votação.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou revogar as deliberações tomadas nas reuniões de 15/05/2009, 22/06/2012 e 07/09/2012, relativas ao processo de expropriação de uma parcela de terreno de 830,00 m<sup>2</sup>, na Freguesia da Boidobra, encarregando os serviços de comunicar à DGAL a cessação do procedimento de expropriação por utilidade pública que decorre junto dessa direcção-geral.**

**Mais deliberou, aprovar a alteração ao projecto técnico que deverá ser executado na obra de alargamento da Rua Francisco Leal, na Freguesia de Boidobra e, ainda, deliberou aceitar a doação da parcela de terreno a ocupar pela obra, com a área aproximada de 361,79 m<sup>2</sup>, sem encargos financeiros para o Município.**

**DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO**

**a) Recepções provisórias**

**- Construção do Museu do Queijo e Restaurante – 1.ª fase – Trabalhos a mais**

A coberto da informação n.º 112, de 20/02/2014, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de trabalhos de construção do Museu do Queijo e Restaurante – 1.ª Fase – Trabalhos a Mais, onde se conclui poder ser recebida.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que, independentemente de votar a favor, solicitava aos serviços que a documentação disponibilizada fosse mais completa, dado não se saber quais os trabalhos a mais e a sua fundamentação, que foram feitos na obra de construção do Museu do Queijo.

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa chamou a atenção para o mesmo facto.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de Construção do Museu do Queijo e Restaurante – 1.ª fase – Trabalhos a Mais.**

**- Requalificação Urbana da Rua Padre Alfredo – Unhais da Serra**

A coberto da informação n.º 103, de 19/02/2014, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

**A Câmara, por unanimidade e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de requalificação urbana da Rua Padre Alfredo – Unhais da Serra.**

**b) Recepções definitivas**

**- Requalificação Urbana dos Arruamentos Intra-Muralhas da Covilhã – Zona A**

A coberto da informação n.º 105, de 19/02/2014, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui que a obra não está em condições de ser recebida definitivamente, face à existência de deficiências nos trabalhos no âmbito da empreitada, nos termos do art.º 228.º e n.º 4 do art.º 218.º assistirá ao dono de obra o direito de as mandar efectuar por conta do empreiteiro, acionando as garantias previstas no contrato.

**A Câmara, por unanimidade e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de recepção definitiva da obra de requalificação urbana dos arruamentos Intra-Muralhas da Covilhã – Zona A, pelo qual não resulta a recepção definitiva da obra, e determina que os serviços procedam à correcção das deficiências, mobilizando a caução prestada para pagar a despesa correspondente.**

**c) Contas Finais**

**- Construção dos Arruamentos Envolventes às Termas de Unhais da Serra**

A coberto da informação n.º 76, datada de 13/02/2014, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de construção dos arruamentos envolventes às Termas de Unhais da Serra, cujos trabalhos totalizam 2.331.680,12 €

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a conta final da empreitada de construção dos arruamentos envolventes às Termas de Unhais da Serra.**

**- Requalificação Urbana da Rua Corte do Sino e D. Zeca Gonçalves, Ferro**

A coberto da informação n.º 126, datada de 27/02/2014, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de requalificação urbana da Rua Corte do Sino e D. Zeca Gonçalves, Ferro, cujos trabalhos totalizam 1.367,75 €

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a conta final da empreitada de requalificação urbana da Rua Corte do Sino e D. Zeca Gonçalves, Ferro.**

**- Requalificação Urbana da Rua Padre Alfredo – Unhais da Serra**

A coberto da informação n.º 115, datada de 21/02/2014, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de requalificação urbana da Rua Padre Alfredo – Unhais da Serra, cujos trabalhos totalizam 37.152,61 €

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a conta final da empreitada de requalificação urbana Rua Padre Alfredo – Unhais da Serra.**

**d) Estudo de regulamentação de trânsito da Zona de Estacionamento do Estádio Municipal José Santos Pinto e envolvente**

Presente a informação n.º 10/2014 do Serviço de Trânsito e Sinalética da Rede Viária, datada de 03/03/2014, acompanhada de Estudo de Regulamentação de Trânsito da Zona de Estacionamento do Estádio Municipal José Santos Pinto e envolvente.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que “o Sr. Presidente da direcção do Sporting Clube da Covilhã solicitou-me uma reunião, cujo motivo não concretizou, mas que presumia serem exigências de carácter formal relativamente à utilização do Estádio Municipal Santos Pinto, pelo que teria de ouvir primeiro o Sr. Presidente da direcção.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que “foi pedido um parecer a uma instituição nacional para que eles possam vir ali a competir. Se eventualmente tal vier a acontecer, acho que é muito importante, por variadíssimas razões, porque irá dar mais vida ao Bairro da Biquinha e obviar, como já aconteceu, ao encerramento de estabelecimentos comerciais.

## **ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

O Senhor Presidente reforçou que até o centro da Covilhã beneficiaria com esta situação e que, no entanto, a Câmara irá ter que despende cerca de 20 mil euros com a sinalização que são as exigências da Liga.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Estudo de Regulamentação de Trânsito da Zona de Estacionamento do Estádio Municipal José Santos Pinto e envolvente.**

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACCÇÃO SOCIAL E SAÚDE**

**a) Contratos de delegação de competências (aprovação e remessa à Assembleia Municipal)**

**- União de Freguesias da Covilhã e Canhoso**

Presente minuta de Contrato de Delegação de Competência, para aprovação, a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Covilhã e Canhoso, tendo por objecto a gestão e funcionamento do refeitório do estabelecimento do ensino básico, no ano civil de 2014, participando a Câmara Municipal com o montante de 4.458,00 € documento apenso à acta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou esclarecimento sobre se as verbas mencionadas tanto no protocolo em apreço, bem como com a Junta de Freguesia de Tortosendo, relativamente às refeições, se enquadravam nas transferências aprovadas para as Freguesias e se no concelho da Covilhã, há ou não algum levantamento feito sobre esta situação.

O Senhor Dr. Júlio Costa, Chefe de Divisão de Finanças esclareceu que os valores em causa, se enquadram montante aprovado de 400.000 mil euros para despesas escolares.

O Senhor Vereador Nelson Silva, considerando que estes protocolos de delegação de competências têm ainda de ser autorizadas pela Assembleia Municipal, chamou a atenção para a eficácia deste tipo de protocolos em termos de necessidades imediatas e da sua implicação ao nível de fundos financeiros disponíveis, pelo que alertava para a necessidade de arranjar-se uma forma de resolver este tipo situações que não podem arrastar-se no tempo, porque é praticamente impossível conciliar a sua eficácia com a contrapartida financeira subjacente, que tem de se assumir. “é uma situação impraticável.”

A Dr.<sup>a</sup> Graça Robbins esclareceu que é uma situação que, de facto, não foi planeada, porque a legislação que está em vigor desde 30 de Setembro, obriga a que todos os contratos tenham que ter a aprovação da Assembleia Municipal, o que não acontecia anteriormente.

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu que “houve um planeamento inicial, para fazer face às necessidades, que eram as que eram estimadas, antes do início do ano lectivo. Estes problemas têm surgido da execução desse planeamento, e têm que se resolver caso a caso, após uma apreciação por parte do Departamento de Educação, que deveria acautelar este tipo de necessidades com maior antecedência, cumprindo com o que a Lei obriga. Estamos a falar de verbas que consubstanciam apoios e não existe uma contrapartida directa, e quem decide, caso não cumpra as regras, tem responsabilidades financeiras sancionatórias e reintegratórias. Não podemos fugir disso.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse ainda o seguinte: “as freguesias estão sufocadas e isto depende de uma planificação rigorosa, a curto, médio ou longo prazo, para que não saiam penalizadas.

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

Eu falei neste assunto, porque eu votei contra o documento da delegação de competências nas Freguesias, por entender que os factores de ponderação não estavam correctos e que justifiquei na altura. Nós direccionamos dinheiro, para as Freguesias fazerem face a despesas com os estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo e jardim-de-infância, como o fizemos, também, em relação à manutenção e conservação de exteriores. Hoje, reafirmo com mais razão ainda, contra aquela delegação de competências, porque tenho conhecimento, que por administração directa da Câmara Municipal da Covilhã, andamos a fazer intervenções em recintos escolares, que sendo urgentes, não são prioritários como por exemplo é o da Escola do 1.º ciclo do Canhoso. No inverno, o recinto da Escola do 1.º ciclo do Canhoso, é um autêntico lamaçal, uma autêntica piscina, tal como é na Escola da Lã e a Neve. Acho que é importante que se façam estas intervenções, na Escola dos Penedos Altos, por administração directa da Câmara, mas não foi a Junta de Freguesia que pagou, foi a Câmara Municipal que a pagou. O dinheiro que transferimos para as Freguesias, para eles efectuarem essas intervenções não estão a ser gastos do “bolo” que têm, o que quer significar que se os outros não o fizerem, estão a ser prejudicados. É mais um factor, que de facto temos que ponderar.

O Senhor Vice-Presidente questionou qual foi a intervenção que os serviços efectuaram.

O Senhor Vereador Joaquim Matias respondeu que “foi uma intervenção feita nas raízes das árvores, que levantaram o piso do reduto, e substituíram as lajetas.”

O Senhor Eng.º Jorge Vieira esclareceu que a intervenção que foi realizada teve a ver com a substituição das canalizações existentes, que estavam estranguladas pelas raízes das árvores e que não permitia o escoamento das águas, provocando o empossamento das águas, à volta do edifício escolar.

O Senhor Vice-Presidente questionou o seguinte: “ as intervenções foram feitas pelos funcionários da autarquia ou por funcionárias da ADC?

Qualquer Freguesia que peça ajuda à ADC, dizemos que não? Não tem nada a ver com os 60 mil euros para as Freguesias.

O Senhor foi professor, é uma pessoa tão sensível às questões que dizem respeito às crianças e está a levantar uma questão, que sinceramente fico admirado! Eu fico sensibilizado relativamente às escolas e às crianças. Fico sensibilizado. A sua intervenção seria a mesma se fosse noutra Freguesia e não fosse na União das Freguesias da Covilhã e Canhoso? Essa questão foi colocada por uma Senhora, nas redes sociais, que fez parte de uma lista nas últimas eleições autárquicas. ”

O Senhor Vereador Joaquim Matias respondeu: “ O Senhor Vice-Presidente parece que quer criar polémicas comigo, mas comigo não vai criar, porque eu não lhe dou o prazer de criar polémicas dentro do órgão colegial. Eu estou aqui de cabeça erguida para colaborar activamente no progresso e no desenvolvimento do concelho da Covilhã. Só para isso! Eu não me alimento por redes sociais, porque se o fizesse teria lido aqui um *blog* acerca de intervenções públicas do Senhor Presidente da Câmara e não o li.

O Senhor colocou aí uma questão, até pela sensibilidade da profissão, que nunca “há-de chegar aos calcanhares” do Joaquim Matias, em termos de sensibilidade para com as crianças.

## ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014

O Senhor Presidente da Câmara é que dirige a reunião e por isso cabe-lhe dirigir a reunião por forma, a que não sejamos interrompidos. Tenho tratado dos assuntos com educação e não contribuo para situações que não sejam destes parâmetros.

Quando falei deste assunto, não foi com qualquer subterfúgio político, como o Senhor Vice-Presidente tentou insinuar. Fi-lo, porque entendo que devo chamar a atenção para uma coisa que eu constatei, pois eu vi funcionários que são pagos por dinheiros municipais.”

O Senhor Presidente disse que compreende e que ninguém desvaloriza o problema existente na Escola Básica do Canhoso, que é um problema sério, que tem que ser resolvido, mas não é pelo facto de se ter feito a intervenção que referiu que vai deixar de se resolver a questão da Escola do Canhoso.

O Senhor Eng.º Jorge Vieira esclareceu que a Escola Básica do Canhoso está toda revestida com lajetas, à excepção do Parque Infantil que não pode ser feito com esse revestimento.

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa acrescentou que “os revestimentos feitos, nas Escolas primárias, ao longo dos anos, não são ajustados às valências existentes e por isso é que há poças de água, roupas estragadas e rasgadas, calçado que se estraga e isso é que está desajustado. O tipo de materiais que utilizam é que não são os adequados.

Questiono se os parques infantis da cidade e do concelho estão revestidos como deve ser, porque a utilização de areia é uma coisa terceiro-mundista, que não pode ser. Devemos proceder a uma rápida resolução, porque existem pisos adequados para o efeito.”

O Senhor Presidente afirmou mais uma vez, que “temos que olhar para o passado, para corrigir os erros no futuro, (apesar do Senhor Vereador Pedro Farromba não gostar de ouvir estas coisas), mas a verdade é que no passado esbanjou-se muito dinheiro em coisas que não eram tão importantes quanto estas. Tanto dinheiro mal utilizado em coisas inúteis e algumas de duvidosa utilidade e o nosso parque infantil e escolar está uma miséria.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba disse que “quando as intervenções são feitas com educação, eu aceito-as todas!”

O Senhor Vice-Presidente respondeu que não é mal-educado, mas que falará com o Senhor Vereador fora da reunião, nos órgãos próprios. Que o Senhor Vereador Pedro Farromba foi eleito da mesma forma que ele o foi. “Eu não ameaço! Não admito é que me chamem mal-educado, isso eu não admito, está-me a entender?”

O Senhor Vereador Pedro Farromba questionou se o está a ameaçar e lamenta que o Senhor Presidente não termine com esta situação.

O Senhor Vice-Presidente mais uma vez reafirmou que não se tratava obviamente de nenhuma ameaça mas não podia admitir que o chamassem de mal-educado.

O Senhor Vereador Jorge Torrão respondeu que está atento a todas estas questões, que tem visitado as escolas regularmente e o que tem verificado é que tem havido um certo desmazelo e desleixe que terão de se fazer e corrigir em definitivo. Alguns Presidentes de Junta têm-lhe mostrado situações que nunca falaram ou trataram, por terem receio de o fazer. Quer dentro dos edifícios escolares, quer nas zonas de recreio, têm havido alguma

## **ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

deriva e despreocupação no tratamento dos problemas existentes. Por vezes são apresentadas propostas de empresas, com materiais e utensílios para os pavimentos das escolas, que não conferem, nem em qualidade, nem em modernidade o que é realmente necessário. Pensa que teremos que estar atentos ao que de melhor que faz, nesta área, fazendo estudos comparativos, para obtermos a melhor proposta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias protestou, porque “estão constantemente a interromper-me e não me deixam concluir as minhas intervenções.

Sou e sempre fui fiel aos meus princípios profissionais e sou muito sensível às crianças. Sou tão sensível às crianças que tenho dois filhos e uma neta, sou padrinho de baptismo de crianças maltratadas, que passam o fim-de-semana na minha casa, que ajudo a vestir a alimentar e cujas despesas com material escolar suporto. Reformei-me e tenho que fazer face a tudo isto.

Senhor Vice-Presidente, não fique com a sensação que eu sou insensível, porque não o sou. Como já referi, às vezes, para fazer política, usam-se coisas que não se devem usar, mas na política não vale tudo.

Tenho uma relação privilegiada, de afecto, com a Escola dos Penedos Altos e sabe porquê. Eu não pus em causa a intervenção que foi feita, na Escola dos Penedos Altos, o que eu quis aqui significar, foi o reforço da minha postura em relação a uma matéria que foi votada, com critérios que para mim não foram os mais correctos. A bondade que os Senhores quiseram por no inquérito enviado às Freguesias, não dizendo para o que é servia, acho que não foi a melhor estratégia, porque poderíamos colocar Técnicos a acompanhar todo este processo, fiscalizar para sermos mais criteriosos e rigorosos. A minha postura foi para tentar ajudar, para que se pudesse fazer um documento mais justo. Quis dar o meu contributo e senti necessidade de votar contra, porque não estava claro a justificação das verbas para as Freguesias. Em relação às escolas, tenho pena que as intervenções não sejam feitas, todas da mesma forma.”

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a minuta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia da Covilhã e Canhoso, para a gestão e funcionamento do refeitório do estabelecimento do ensino básico – EB1 do Canhoso, no ano civil de 2014, participando a Câmara Municipal com o montante de 4.458,00 €**

**Mais foi deliberado, remeter a presente deliberação e minuta de Contrato de Delegação de Competências, para aprovação da Assembleia Municipal da Covilhã, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Presente minuta de Contrato de Delegação de Competência, para aprovação, a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Covilhã e Canhoso, tendo por objecto o reforço da carga horária das funcionárias não docentes para assegurar o acompanhamento do serviço de refeições, nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo dos Penedos Altos (2 trabalhadoras), no ano lectivo 2013/2014, participando a Câmara Municipal com o montante de 842,40 € documento apenso à acta.

## **ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a minuta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia da Covilhã e Canhoso, para o reforço da carga horária das funcionárias não docentes para assegurar o acompanhamento do serviço de refeições, nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo dos Penedos Altos (2 trabalhadoras), no ano lectivo 2013/2014, participando a Câmara Municipal com o montante de 842,40 €**

**Mais foi deliberado, remeter a presente deliberação e minuta de Contrato de Delegação de Competências, para aprovação da Assembleia Municipal da Covilhã, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

### **- Junta de Freguesia do Tortosendo**

Presente minuta de Contrato de Delegação de Competência, para aprovação, a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Tortosendo, tendo por objecto a contratação de duas funcionárias não docentes para assegurar o acompanhamento do serviço de refeições, nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo dos Montes Hermínios e Largo da feira (2 trabalhadoras), no ano lectivo de 2013/2014, participando a Câmara Municipal com o montante de 1.684,80 € documento apenso à acta.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a minuta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia de Tortosendo, para a contratação de duas funcionárias não docentes para assegurar o acompanhamento do serviço de refeições, nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo dos Montes Hermínios e Largo da feira (2 trabalhadoras), no ano lectivo de 2013/2014, participando a Câmara Municipal com o montante de 1.684,80 €**

**Mais foi deliberado, remeter a presente deliberação e minuta de Contrato de Delegação de Competências, para aprovação da Assembleia Municipal da Covilhã, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

### **b) Transporte Escolar – pedido de reembolso do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto**

Presente informação n.º 340/2013, da Divisão de Educação, Acção Social e Saúde, datada de 27/11/2013, propondo o pagamento do reembolso de transporte escolar aos alunos referenciados no ofício remetido em 10/10/2013, pelo Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, que frequentam o Curso de Formação Vocacional do 3.º Ciclo do Ensino Básico, nos termos do estipulado pelo Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, na sua redacção actual e do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, no valor de 1.028,50 € documento apenso à acta.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar o pagamento dos transportes escolares dos alunos que frequentam o Curso de Formação Vocacional do 3.º Ciclo do**

**Ensino Básico e reembolsar o Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, no valor de 1.028,50 €**

**c) Fornecimento de fruta às Escolas Básicas do 1.º Ciclo - Ano Lectivo 2013/2014**

Presente informação n.º 43/2014, da Divisão de Educação, Acção Social e Saúde, de 10/02/2014, que propõe, nos termos da Portaria n.º 1242/2009, de 12 de Outubro, a adjudicação à Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira, o fornecimento e distribuição de fruta, duas vezes por semana nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico, pelo valor de 0,90 €/Kg, com um custo previsional total de 5.892,86 € (IVA incluído à taxa legal em vigor).

A Senhora Vereador Mónica Ramôa interveio questionando “se na proposta de orçamento que foi feita, só foi pedida esta fruta? Em termos de quantidades deduzo que deve ter sido a Câmara a pedir um orçamento para estes quilos. De cereja são apenas 81 kg, e eu pergunto: isto é para dar uma “mãozinha” de cerejas por ano às crianças, quando estamos na maior zona de produção de cereja?”

Por outro lado, manifesto o meu agrado pela iniciativa da Câmara, porque esta é uma questão muito importante. Não nos costumamos preocupar com as questões da saúde e agora elas cruzam-se com as questões de crise, e com a questão das crianças não comerem, ou muitas vezes só comerem o que têm na escola.

Como estamos a falar de saúde, que devemos variar e comer essencialmente os frutos da época, acho que devíamos melhorar, porque se há crianças que só comem na escola, só lhes estamos a dar maçãs e pêras, basicamente. A oferta poderá ser mais diversificada, pelo mesmo preço: pêssegos, cerejas, ameixa, etc. Tem de haver algum cuidado com a elaboração destas propostas, devendo ser mais criteriosos. Se for possível a Cooperativa deveria fornecer mais fruta da época.”

**A Câmara, por unanimidade, deliberou adjudicar, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, à Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira, pelo valor de 5.892,86 € IVA incluído à taxa legal em vigor, o fornecimento e distribuição de fruta aos alunos dos estabelecimentos do 1.º Ciclo do ensino básico.**

**d) Apoios**

**Sociedade de São Vicente de Paulo – Conselho de Zona da Covilhã**

Presente a proposta n.º 12/2014, datada de 21/01/2014, do Senhor Vereador Dr. Jorge Torrão, que no âmbito da política de acção social desenvolvida pelo Município em conjugação com as Conferências Vicentinas do Concelho, com o objectivo de ajudar as famílias mais carenciadas, propõe a atribuição de um subsídio ao Conselho de Zona da Covilhã da Sociedade de S. Vicente de Paulo, para apoio nas despesas inerentes à água, luz, gás, medicamentos e alimentação, entre outras, realizadas no mês de Dezembro de 2013, no valor de 1.776,00 €

**A Câmara, por unanimidade, deliberou conceder ao Conselho de Zona da Covilhã da Sociedade de S. Vicente de Paulo um subsídio no valor de 1.776,00 € para apoio nas**

**ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

**despesas realizadas no mês de Dezembro de 2013, inerentes à água, luz, gás, medicamentos, alimentação, entre outras, das famílias mais carenciadas, no âmbito da política de acção social desenvolvida pelo Município.**

**ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

**DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO**

Não há assuntos agendados neste ponto.

## **ACTA DA REUNIÃO DE 07/03/2014**

### **APROVAÇÃO EM MINUTA**

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

### **VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas por unanimidade, com excepção daquelas em que é referido outro modo de votação.

### **ENCERRAMENTO**

Pelas 12:34 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

### **MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS**

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 15.682,16 €

**O Presidente,** \_\_\_\_\_

**A Directora do Departamento de Administração Geral** \_\_\_\_\_